SUMÁRIO

CAPÍTULO I

BIOÉTICA E BIODIREITO 23

1. Biodireito ante a nova imagem da ética médico-científica 23
2. Bioética 30
   2.a) Sua delimitação conceitual e seus problemas 30
   2.b) Princípios bioéticos básicos 34
3. O respeito à dignidade humana como paradigma da ordem jurídica do Estado Democrático de Direito 37
4. Bioética, biodireito e humanismo jurídico 39

CAPÍTULO II

MICROBIOÉTICA: QUESTÕES ÉTICO-JURÍDICAS 41

1. PROTEÇÃO À VIDA HUMANA 41
   1.a) Inviolabilidade constitucional do direito à vida 41
   1.b) Tutela civil e penal da vida humana 44
   1.c) Princípio do primado do direito à vida 46

2. DIREITO AO NASCIMENTO 47
   2.a) Direito de nascer 47
   2.b) Problematicidade ético-jurídica do aborto 51
      2.b.1) Breve nota introdutória 51

2.b.2) Aborto: sua delimitação conceitual e classificação..... 52
2.b.2.1) Conceituação..... 52
2.b.2.2) Modalidades..... 53
2.b.3) Incriminação da prática abortiva ao longo da história do direito..... 56
2.b.4) Aborto criminoso..... 58
2.b.4.1) Definição e configuração jurídica..... 58
2.b.4.2) Espécies de aborto criminoso previstas na legislação penal brasileira..... 61
2.b.4.3) Prova da existência do crime de aborto..... 64
2.b.4.4) Solução da antinomia de valoração..... 65
2.b.5) A prática da interrupção seletiva da gravidez e o alvará judicial..... 66
2.b.6) Aborto legal..... 81
2.b.7) Análise dos argumentos pró-aborto sob uma dimensão científico-jurídica..... 101
2.b.7.1) Generalidades..... 101
2.b.7.2) Abortismo ideológico..... 101
2.b.7.3) Abortismo socioeconômico..... 106
2.b.7.4) Abortismo privado..... 110
2.b.8) Reflexões sobre a descriminalização do aborto..... 115
2.c) Direito ao respeito à vida humana e a paternidade responsável como problemas da bioética..... 131
2.d) Sugestões de *lege ferenda* voltadas ao movimento pró-vida e ao programa de planejamento familiar..... 135

3. Os direitos do embrião e do nascituro e a responsabilidade civil por dano moral e patrimonial..... 141
4. Maternidade e paternidade responsável e planejamento familiar..... 158
4.a) Proteção jurídica à maternidade..... 158
4.b) Direito à maternidade da presa..... 165
4.c) Explosão demográfica e controle da natalidade..... 170
4.d) O direito reprodutivo-sexual, o direito à descendência e o planejamento familiar como parâmetros da política populacional..... 172
4.e) A liberdade sexual responsável e a escolha de métodos anticoncepcionais..... 176

5. Esterilização humana artificial..... 180
5.a) Noções gerais..... 180

5.b) Esterilização eugênica dos anormais e de criminosos por desvio de sexualidade 183
5.c) Esterilização terapêutica 186
5.d) Esterilização cosmetológica 187
5.e) Esterilização por motivo econômico-social 187
5.f) Esterilização voluntária para fins de planejamento familiar 187

6. Saúde física e mental 189
6.a) Direito à saúde física e mental 189
6.b) Direito sanitário e bioética social 219
6.c) A ética nos desastres de massa e a medicina de risco ou de catástrofe 221
6.d) Controle de infecção hospitalar 223
6.e) Direito à incolumidade da mente como um dever a ser respeitado por todos 226
6.f) Ofensas à integridade psíquica como lesões à liberdade moral da pessoa 227
6.g) Tutela jurídica à saúde da mente 228
6.h) Autonomia da vontade do portador de doença mental 232
6.i) Problemas bioéticos do tratamento psiquiátrico involuntário 236
6.j) Direito à integridade psíquica e física do acusado e do condenado 241

7. A AIDS e o direito 290
7.a) Controle da higidez do sangue 290
7.b) Questões ético-jurídicas suscitadas pela AIDS 293
7.b.1) Triagem sorológica do vírus da imunodeficiência humana (HIV) 293
7.b.2) Proteção jurídica da dignidade dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e dos doentes da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) 299
7.b.3) Direitos e deveres do profissional da saúde infectado pelo HIV e pelo VHB 308

8. TRANSFUSÃO DE SANGUE 310
8.a) Responsabilidade civil na coleta e na transfusão de sangue 310
8.b) A recusa na aceitação de transfusão de sangue e o princípio da autonomia da vontade no biodireito 347
8.c) Colisão entre o direito de viver de uma pessoa e o direito de crença religiosa de outra 356
8.d) O princípio do primado do direito mais relevante 358

8.e) Conflito entre um direito da personalidade e um valor social importante 361

9. Direito ao aspecto físico da estética humana 362

9.a) A lesão à estética pessoal e a responsabilidade civil por dano moral 362

9.b) Cirurgia plástica ou reparadora e cirurgia estética ou cosmetológica e a questão da obrigação de meio e de resultado do médico 363

10. ADEQUAÇÃO DO SEXO DO INTERSEXUAL E DO TRANSEXUAL. 366

10.a) A transexualidade e a identidade sexual 366

10.b) A intervenção cirúrgica no estado intersexual e transexual 370

10.c) Problemas jurídicos decorrentes da mudança de sexo 379

11. Transplante de órgãos e tecidos humanos 401

11.a) Direito ao uso de partes separadas do próprio corpo ou de alheio 401

11.b) Importância dos transplantes de órgãos e tecidos 404

11.c) Transplantes na legislação brasileira 408

11.d) Transplante: conceito e modalidades 425

11.e) Perfil jurídico do transplante de órgãos e tecidos 430

11.e.1) Transplante de órgãos e tecidos "post mortem" 430

11.e.1.1) Retirada *post mortem* de tecidos, órgãos e partes do corpo humano para serem transplantados. 430

11.e.1.2) Determinação da morte encefálica para fins de transplante de órgãos e a questão da vida residual 432

11.e.1.3) Doação presumida de órgãos no direito anterior 437

11.e.1.4) Remoção *post mortem* de órgãos de incapaz e de pessoa não identificada 441

11.e.2) Transplante de órgãos e tecidos "inter vivos" 441

11.e.3) Utilização de órgãos de grupos populacionais com autonomia reduzida 445

11.e.4) Consentimento livre e esclarecido do receptor de órgãos e tecidos 450

11.f) Mercado de órgãos e tecidos humanos 451

11.g) Aspectos polêmicos da Lei n. 9.434/97, regulamentada pelo Decreto n. 2.268/97 (ora revogado pelo Decreto n. 9.175/2017) e alterada pela Lei n. 10.211/2001 454

11.h) Formulários 465

12. Direito à morte digna 487
12.a) O "morrer com dignidade" como valor fonte do biodireito 487
12.b) Suicídio assistido, eutanásia, ortotanásia e inadmissibilidade do "direito de matar" paciente terminal 489
12.c) Limites da distanásia e direito ao prolongamento artificial da vida 511
12.d) O direito de morrer com dignidade e a filosofia do *hospice* 515
12.e) Autodeterminação do paciente terminal e a relevância jurídica da objeção de consciência 525
12.f) Perspectiva humanista como tendência atual da bioética e do biodireito na solução de problemas ético-jurídicos do morrer com dignidade 534

13. Experiência científica em seres humanos 537
13.a) Pesquisa com seres humanos e seus problemas 537
13.b) Princípios ético-jurídicos da experimentação científica em seres humanos 540
13.c) Diretrizes ético-internacionais para pesquisas ou experiências biomédicas em seres humanos 556
13.d) Engenharia genética e pesquisas com genoma humano 568
13.d.1) Engenharia genética e biotecnologia 568
13.d.2) Projeto Genoma Humano (PGH) e bioética 574
13.d.3) Diagnose genética no ser humano 583
13.d.4) Terapia gênica, aconselhamento genético, desconstrução do espectro do eugenismo e o respeito aos direitos das pessoas portadoras de deficiência física ou mental 590
13.d.5) Manipulação genética humana e seus limites 609
13.d.6) Intervenções científicas em embriões humanos e a polêmica dos embriões excedentes 613
13.d.7) Clonagem 639
13.d.7.1) Etiologia histórica da clonagem 639
13.d.7.2) Clonagem humana e técnicas de clonação 643
13.d.7.3) Clonagem de seres humanos e biodireito 650
13.d.8) Patentes sobre material genético humano: sim ou não? 667
13.d.9) Dilemas éticos da medicina preditiva ante o trinômio médico-paciente-indústria biotecnológica 671
13.e) As novas técnicas científicas de reprodução humana assistida 675
13.e.1) Fertilização humana assistida e situações dela decorrentes 675
13.e.2) Problematicidade da inseminação artificial 681

13.e.2.1) Conceito e modalidades 681
13.e.2.2) Argumentos ético-jurídicos em torno da inseminação artificial homóloga e heteróloga 682
13.e.3) Ectogênese ou fertilização "in vitro" e suas consequências jurídicas 695
13.e.4) Sugestões "de lege ferenda" para um anteprojeto sobre reprodução humana assistida 722
13.e.5) Bioética e reprodução humana assistida 742
13.e.6) Modelos textuais 745
13.e.6.1) Instrumento de doação voluntária de oócitos . 745
13.e.6.2) Acordo de criopreservação do sêmen 746
13.e.6.3) Informe de consentimento para técnicas de fertilização assistida (FIV/ICSI/GIFT/PROST) 748
13.e.6.4) Instrumento de autorização para fertilização *in vitro* com oócito doado 751
13.e.6.5) Informe de consentimento para congelamento e preservação de pré-embriões (pró-nucleados, multicelulares e blastocistos) 753
13.e.6.6) Instrumento de autorização para o uso de embriões "doados" ou cedidos gratuitamente 756
13.f) Comitês de Ética em Pesquisa 758
13.g) Necessidade de um novo estatuto jurídico-penal voltado à criminalidade genética 760

14. Tortura médica 763
15. A importância e as funções dos Comitês de Ética Hospitalar 765
16. Relação médico-paciente 767
16.a) Deveres dos médicos 767
16.b) O sigilo médico para a preservação da confidencialidade e da privacidade do paciente 785
16.b.1) O sigilo como um dever "prima facie" decorrente da natureza confidencial da relação médico-paciente 785
16.b.2) A questão da quebra da confidencialidade e da privacidade 787
16.b.3) Prontuário e boletim médicos 791
16.b.4) A informática e o segredo médico 793
16.b.5) Cessação da obrigatoriedade da preservação do segredo médico 793
16.c) O princípio do consentimento livre e esclarecido como legitimação e fundamento do ato médico 797

16.c.1) O consenso informado como manifestação do princípio da autonomia 797
16.c.2) Limites condicionadores do consentimento consciente ... 799
16.c.3) Exceções ao dever de obtenção do consentimento informado 800
16.d) O erro médico, a má prática, o acidente imprevisível, o resultado incontrolável e a responsabilidade criminal e civil do profissional da saúde 802
16.d.1) Erro médico: noção, fatores concorrentes e meios para sua prevenção 802
16.d.2) Caracteres para avaliação do erro médico 809
16.d.3) Distinção entre má prática médica, acidente imprevisível e resultado incontrolável 810
16.d.4) Responsabilidade civil médica por dano moral e patrimonial e a socialização do risco médico 811
16.d.5) Responsabilidade médica derivada 816
16.d.6) Responsabilidade do estudante de medicina 816
16.d.7) Responsabilidade criminal oriunda da profissão médica 816
16.d.8) Responsabilidade civil dos enfermeiros, parteiras, proprietários e diretores de hospitais e clínicas 817
16.e) Gerenciamento de riscos e o crescente aumento dos questionamentos judiciais de pacientes contra os prestadores de serviços de saúde 820
16.f) Direitos do paciente 821

CAPÍTULO III

MACROBIOÉTICA E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE SADIO E ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO 831

1. Crise ambiental e ecodesenvolvimento 831
2. Constitucionalismo ecológico e direito ambiental 842
3. Meio ambiente e preservação da biodiversidade dos ecossistemas 858
4. Natureza jurídica do meio ambiente ecologicamente equilibrado e hígido 873
5. Impacto ambiental provocado pela biotecnologia 874
6. Biopirataria e patenteamento do organismo geneticamente modificado (OGM) 926

7. Tutela jurídica do meio ambiente 934
7.a) Considerações iniciais 934
7.b) Mecanismos não jurisdicionais de tutela ambiental 935
7.c) Proteção jurisdicional do meio ambiente 967

8. Responsabilidade civil por dano ecológico 982
8.a) Notas preliminares 982
8.b) Responsabilidade por poluição 986
8.c) Responsabilidade civil nas atividades nucleares 1011

CAPÍTULO IV

O FUTURO DA BIOÉTICA E DO BIODIREITO COMO UM DESAFIO PARA O SÉCULO XXI 1021

BIBLIOGRAFIA 1027